

DESAFIOS EFPCs 2019

Investimentos e Solvência



O jornal diário dos
ancepianos.
7 de fevereiro- 8h30

EVENTOS DE FEVEREIRO E MARÇO ATRAEM GESTORES DE CARTEIRAS E MAIS UM GRUPO VARIADO DE PROFISSIONAIS



É de fundamental importância para os contabilistas interessados em adquirir uma visão ampla dos assuntos que envolvem as suas entidades, mas também para os gestores de investimentos e todos os demais profissionais de fundos de pensão: a partir da próxima segunda-feira, dia 11, em Porto Alegre, e ao longo dos meses de fevereiro e março, a ANCEP e a Mercer estarão apresentando em 5 diferentes capitais o seminário **Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência**. E isso acontece no momento em que os nossos profissionais sentem a necessidade de saber mais sobre as muitas novas normas surgidas especialmente no final do ano passado e que pedem, de um lado, uma análise mais aprofundada e, de outro, serem traduzidas através de exemplos práticos que ajudem no seu entendimento. "Vamos ver tudo isso de perto, vivido no dia a dia", resume Antonio Fernando Gazzoni (**FOTO**) diretor da Mercer.

A Resolução CMN 4661, que trata dos investimentos, é uma dessas normas que pedem para serem vistas com essa lente de aumento. Explica Gazzoni que, nesse caso, a ideia é usar o evento para um aprofundamento que ajude a esclarecer em especial os vários aspectos táticos e operacionais que a resolução envolve. "Vamos mergulhar fundo nos detalhes das ações que as entidades precisarão realizar, especialmente no que diz respeito aos controles", observa Gazzoni, ao mesmo tempo em que reforça a intenção de "tratar disso no dia a dia".

O mesmo vai acontecer em relação às novas normas de solvência (Resolução 30), que além de consolidar normativos anteriores trouxe novidades. Entre o que há de novo Gazzoni cita o financiamento vitalício, sendo que o evento será uma oportunidade de passar orientações quanto as formas de calcular e apontar aquelas situações onde tal forma de financiar apresenta mais vantagens que desvantagens e vice-versa. "Vamos trabalhar com muitos exemplos", acrescenta.

Mesmo a Resolução do CGPAR, do final do ano passado, mesmo estando direcionada para as patrocinadoras ainda assim é fácil prever que terá reflexos sobre as entidades. E não apenas sobre aquelas patrocinadas por estatais federais, mas também as que se encontram na mesma situação nos Estados e municípios. O assunto requer atenção redobrada especialmente em função do número de estados obrigados a renegociar as suas dívidas com a União e em vias de serem levados a privatizar as suas estatais.

O seminário vai ajudar também a melhor contextualizar o CNPJ por plano e a avançar no sempre oportuno debate acerca dos variados caminhos que precisam ser trilhados para garantir a sustentabilidade das entidades, começando por tornar o seu PGA sustentável.

O seminário será apresentado em **Porto Alegre** (11 de fevereiro), **Recife** (15 de fevereiro), **Brasília** (19 de fevereiro), **Rio de Janeiro** (12 de março) e **São Paulo** (13 de março).

Auditoria independente: CFC sugere alterações em Instrução da CVM

O Conselho Federal de Contabilidade enviou ofício ao presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Barbosa, propondo alterações na redação da Instrução CVM n.º 308, de 1999, que esteve em audiência pública, para ajustes em seu texto. A Instrução CVM n.º 308 dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no mercado de valores mobiliários, bem como define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes.

No ofício, o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Zulmir Breda, explica que a sugestão do CFC está relacionada ao dispositivo que diz respeito à constituição das empresas de auditoria e seu registro na CVM. Segundo ele, a determinação de um modelo rígido de estruturação para as sociedades (firmas) de auditoria, caracterizado pela imposição de uma forma societária única, a sociedade civil, e pela exigência de que os sócios respondam solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais da sociedade, pode comprometer o crescimento das firmas de auditoria, já que cada novo sócio adicionado pode afetar o patrimônio pessoal de todos os outros da entidade.

“Isso pode também inibir a promoção de novos sócios e o surgimento de novas firmas, motivando o desinteresse pelo exercício da atividade de auditoria, devido ao alto risco envolvido, podendo prejudicar o mercado de capitais brasileiros”, cita o documento do CFC.

Muitos países, com mercado de auditoria maduro, por exemplo, Estados Unidos e Reino Unido, realizaram um movimento de flexibilização da estrutura societária no mercado de auditoria, permitindo que a forma de responsabilidade limitada seja adotada. Na visão desses países, baseada em estudos realizados, demonstra haver prejuízos em regimes severos de organização societária, incluindo a redução da concorrência, prejudicando, principalmente, as firmas de menor porte, que muitas vezes acabam sendo naturalmente excluídas do mercado (CFC-ANCEP)

Educação continuada: prazo para prestação de contas vai até o próximo dia 28

É bom lembrar aos profissionais da contabilidade obrigados ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) que excepcionalmente este ano o prazo para a entrega das prestações de contas-2018 vai até o dia 28 fevereiro de 2019.

Os profissionais devem acessar o [site](#) e inserir o seu CPF e a sua senha de acesso. A senha é a mesma utilizada para outros sistemas, como a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O profissional, também, terá a opção para recuperar ou solicitar nova senha. O login será o número do CPF, sem pontos, traços ou vírgulas. O profissional, também poderá acessar por meio de certificado digital.

Operação Greenfield: ex-dirigentes de fundos de pensão são denunciados

A Força-Tarefa da operação Greenfield denunciou 34 pessoas por operações irregulares no Fundo de Investimento em Participações Global Equity Properties (FIP GEP), informam o [SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL](#) e os jornais **DCI**, **O GLOBO**, **FOLHA DE S. PAULO** e **VALOR ECONÔMICO**. Todos os denunciados – gestores do fundo e ex-executivos dos fundos de previdência complementar Funcef, Petros e Previ – devem responder por gestão temerária.

Os procuradores que integram a FT pedem, na denúncia, a reparação econômica e moral das vítimas, no valor estimado de R\$ 1,3 bilhão. Entre os denunciados, estão Carlos Alberto Caser, ex-presidente da Funcef, e Demóstenes Marques e Maurício Marcellini Pereira, que ocuparam o cargo de diretor de investimentos da EFPC da Caixa; Wagner Pinheiro de Oliveira, ex-presidente da Petros; e Renê Sanda, ex-diretor de investimentos da Previ.

Da Funcef, no total foram 12 denunciados, incluindo os ex-presidentes Guilherme Lacerda e Carlos Alberto Caser. No caso da Petros, estão os ex-presidentes Wagner Pinheiro e Luis Carlos Fernandes Afonso, em um total de sete pessoas. Já na Previ, o MP denunciou onze, incluindo os ex-presidentes Sérgio Rosa e Ricardo Flores. Segundo o Ministério Público, todos os denunciados devem responder por gestão temerária. O FIP tem como cotistas Funcef, Petros, Previ, Celos, Fapes, Infracrev e Banesprev.

Um dos jornais mostra o empenho das atuais gestões das entidades em ajudar nas investigações. A Funcef diz que mantém em sua estrutura as Comissões Técnicas de Apuração que analisam os Fundos de Investimentos realizados no passado. Também afirma contribuir ativamente na produção de provas para auxiliar o MPF e PF. A Petros também afirmou que colabora com os órgãos federais e com a Previc, seguindo um procedimento adotado desde o início das investigações nos fundos de pensão. A Previ afirmou que está analisando o caso e não irá se posicionar por enquanto.

INSS pretende cruzar dados para aumentar a sua arrecadação

O governo pretende adotar medidas, normativas e tecnológicas, para ter maior efetividade na fiscalização dos benefícios pagos pelo INSS por meio de cruzamento de base de dados do governo. Os técnicos estão trabalhando inclusive em formas para adicionar a base de dados da Receita Federal a esse processo, cuja permissão para acesso pelo INSS foi dado pela Medida Provisória nº 871 - também conhecida como MP das Fraudes.

Há fontes, noticia o **VALOR ECONÔMICO**, que estimam que o impacto da MP poderá chegar aos R\$ 9,8 bilhões.

Reforma da Previdência: o que a mídia revela

O governo está em busca de formas para "humanizar" a reforma e ajudar a aprová-la. O [SITE O ANTAGONISTA](#) fala de algumas dessas fórmulas em estudo: Homens e mulheres que criam filhos sozinhos poderão ter uma idade menor que os demais trabalhadores para requerer a aposentadoria. O limite seriam três filhos. Outra possibilidade seria calibrar o valor do benefício, no caso maior para pais e mães. Se a idade mínima ficar em 65 anos, como quer Paulo Guedes, uma mulher com um filho, por exemplo, poderia se aposentar um ano na frente das demais, com 64, de acordo com técnicos que participam das discussões sobre a reforma da Previdência.

E na mesma linha de tentar tornar a reforma mais simpática, o [PORTAL DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO](#) diz estar em estudos pelo governo diminuir a contribuição dos trabalhadores que ganham menos e aumentar a daqueles que recebem salários mais altos. A medida está sendo discutida pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. Uma das possibilidades é reduzir a alíquota mais baixa de 8% para 7,5%. Para compensar a queda, a dos que ganham mais terá que aumentar. Não está descartado um aumento para 14%.

Em sua edição de hoje o jornal [O ESTADO DE S. PAULO](#) traz a notícia de que o governo estuda a criação de uma nova contribuição das empresas para financiar o INSS, substituindo a atual cobrança de 20% sobre folha de pagamentos, considerada muito alta. Seria uma forma de aliviar a carga tributária das empresas, uma promessa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em sua posse. O governo também tem planos de amenizar os descontos sobre os salários dos trabalhadores de baixa renda e estuda a

redução da alíquota mínima cobrada no INSS, de 8% para 7,5%, e aumentar para os que ganham mais, dos atuais 11% para até 14%. O mesmo jornal informa que segundo as suas fontes o Presidente Jair Bolsonaro já estaria aceitando idades mínimas de 60 anos (mulheres) e 65 (homens).

E, para mostrar que cada vez mais governadores torcem pela aprovação da reforma para aliviar as contas dos estados, nota curta no blog do jornalista Lauro Jardim, no PORTAL DO JORNAL O GLOBO, registra que Hélder Barbalho encorpa a fila de governadores obcecados pela reforma da Previdência. No Pará, o estado gasta por ano cerca de R\$ 1,4 bilhão com aposentados e pensionistas (60 mil pessoas), montante superior a tudo o que o estado investe no período, aproximadamente R\$ 1,3 bilhão.

Complementando essa informação, o VALOR ECONÔMICO registra em sua edição de hoje que o governo federal ainda não definiu se Estados e municípios entrarão na proposta de reforma da Previdência a ser enviada ao Congresso. A versão discutida no governo de Michel Temer estabelecia que, se esses entes federados não aprovassem suas próprias revisões previdenciárias em seis meses, seriam automaticamente submetidos às regras da União. O desejo dos municípios é serem incluídos. Eles têm urgência, assim como os governadores - que devem receber a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, no dia 20. Na semana passada o ministro da Economia reuniu-se com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e conversará nos próximos dias com a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Ambas as organizações disseram apoiar a aprovação da reforma e desejar que os municípios sejam contemplados.

Mas podem haver atrasos: o encaminhamento de uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC) para a reforma da Previdência Social, sem aproveitar o texto do governo Temer que já está pronto para o plenário, deve atrasar em alguns meses a tramitação do projeto, afirmaram ontem líderes dos partidos da Câmara dos Deputados. Esse tempo pode aumentar ainda mais, disseram, se o governo insistir na ideia do ministro da Economia, Paulo Guedes, de fazer também uma reforma trabalhista para os jovens junto.

O mercado claramente não superou o medo de que a reforma da Previdência não avance na velocidade imaginada. A queda do Ibovespa - a pior desde o auge da crise dos combustíveis no ano passado - deixa claro que o investidor, na dúvida, vai preferir embolsar ganhos do que apostar no futuro das contas públicas do governo. O movimento foi acentuado com a forte queda de 4,88% nas ações da Vale após a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais suspender autorização de funcionamento de uma barragem. A decisão do governo Jair Bolsonaro de enviar uma nova proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência forçou um ajuste para a bolsa desde a abertura.

O risco de que a reforma da Previdência demore mais que o esperado para sair do papel exigiu uma dura correção das apostas no mercado brasileiro. Os investidores buscaram refúgio no dólar, em detrimento do real, num movimento que levou a cotação de volta para R\$ 3,70.

É uma pena. Em nota curta em sua coluna em O GLOBO, o jornalista Ancelmo Góes registra que um estudo do Centro de Economia Mundial da FGV estima que a aprovação da reforma da Previdência faria o PIB brasileiro crescer 3% este ano, no lugar dos 2,5% previstos inicialmente. Além disso, os investimentos estrangeiros diretos poderiam ultrapassar os US\$ 100 bilhões em 2019.

Na FOLHA DE S. PAULO, o editorial chama a atenção para o fato de que depois de alimentar expectativas de que poderia conseguir a aprovação de uma reforma da Previdência ambiciosa em prazo curto, o governo Jair Bolsonaro (PSL) começa a encarar a perspectiva de uma tramitação difícil para a proposta —de resto, ainda desconhecida. Nos últimos dias, erros do Executivo elevaram as incertezas. Declarações desencontradas e o vazamento de uma minuta de projeto confusa, logo descartada, sugerem que não há clareza sobre a versão a ser apresentada. Em paralelo, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, esvaziou as pretensões quanto a uma votação rápida do texto ao afirmar que não aceitará atropelos regimentais.

Reproduzindo agências noticiosas, o jornal DCI diz que os líderes do PCdoB, Orlando Silva (SP), e do PDT, André Figueiredo (CE), afirmaram nesta quarta-feira que há consenso na Câmara contra eventual apensamento da nova reforma da Previdência à PEC já enviada à Casa pelo ex-presidente Michel Temer.